



JORNAL DO Clube de Engenharia

ANO XLVI • Nº 516 • Rio de Janeiro • Março de 2012

Comissão avança com novas parcerias

Desde o seu lançamento oficial, em dezembro de 2011, o Manifesto do Clube em Defesa da Engenharia e da Empresa de Capital Nacional vem repercutindo junto ao poder público. Enviado a autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, o documento encontra eco em outras iniciativas que se somam ao trabalho da Comissão de Política Industrial do Clube. Trabalho conjunto da Comissão de Política Industrial com a divisão técnica de Ciência e Tecnologia irá mapear parques tecnológicos do país. **Pág. 10**

Ação preventiva contra desastres naturais

Roosevelt Pinheiro/ABr



Fórum permanente traz ao Clube de Engenharia especialistas e representantes do poder público para debater os avanços e identificar gargalos nas ações preventivas contra desastres naturais nas diversas esferas governamentais. **Pág. 4**

Eugenio Novaes/ Enfotos



Operadoras de celular no banco dos réus

Francis Bogossian, presidente do Clube de Engenharia e Ophir Cavalcante, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, se encontraram em Brasília para discutir os problemas das "Teles", operadoras de telefonia celular, gigantes no mercado nacional, que seguem encabeçando o ranking de reclamações no Procon. Investimento insuficiente, falta de uma regulação que garanta a qualidade do serviço e erros na própria origem do setor no Brasil são alguns dos pontos sobre os quais o Clube e a OAB deverão trabalhar. O Clube de Engenharia irá auxiliar na análise técnica das respostas da Anatel ao ofício enviado pela OAB. **Pág. 7**

Metrô Rio



Clube marca presença em mais um debate sobre a Linha 4 do Metrô

Continua o debate sobre a Linha 4, que ligará a Zona Sul à Barra em uma continuação da Linha 1 - que hoje divide os trilhos com a Linha 2. O Clube de Engenharia segue na luta por uma melhor interlocução entre sociedade e gestores públicos, em defesa de um traçado que atenda às necessidades da população. **Pág. 6**



EDITORIAL

Para que servem as rodadas de leilões de petróleo?

Neste momento, grupos privados estrangeiros, grande parte da mídia comercial e, inexplicavelmente, o Ministério das Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) pressionam o governo brasileiro para que seja marcada a 11ª rodada de leilões de áreas para exploração de petróleo. Esta rodada envolve áreas fora do perímetro do Pré-Sal, que serão concedidas pela lei 9.478, aprovada em 1997 no auge do período neoliberal, e outras áreas dentro dos limites do Pré-Sal, que terão contratos regidos pela Lei 12.351, recém aprovada e melhor que a anterior, mas que ainda contem malefícios.

A Diretoria do Clube, com o respaldo do seu Conselho Diretor, pois o assunto foi debatido neste fórum, busca mostrar que, se o significado destes leilões for bem explicado, as rodadas serão facilmente identificadas como sendo contra os interesses da sociedade brasileira.

A lei 9.478 diz que a concessionária que descobrir petróleo é a proprietária da sua produção, tendo liberdade para dar a ela o destino que quiser. Ela retira do Estado o poder geopolítico e estratégico que o Brasil deveria possuir por ter muito petróleo em seu território. A garantia de suprimento de petróleo de estados nacionais, durante prazo razoável, é um forte elemento de convencimento na discussão entre nações.

Além disso, as concessões têm a duração de 30 anos e resultam, quando empresas estrangeiras ganham os leilões, em menos compras locais, quase nenhum desenvolvimento tecnológico no país, pouca contratação de engenheiros brasileiros, enorme transferência de lucro para o exterior e baixa contribuição de tributos para o Estado, em comparação ao ganho auferido. No novo marco regulatório do pré-sal (Lei 12.351), buscou-se mitigar estes danos com parcial sucesso.

O governo brasileiro pode colocar como prioridade o petróleo ser uma alavanca para um novo surto de desenvolvimento, pois o setor petrolífero irá influenciar todos os demais setores da economia com suas compras de bens e serviços, e contratações de engenharia e desenvolvimentos tecnológicos. Como consequência, irá influenciar também o nível de emprego, o salário médio dos trabalhadores e o consumo do país.

Sendo o desempenho deste setor uma arma poderosa para nosso desenvolvimento, a sociedade deve opinar sobre como ele será explorado. Entretanto, nas audiências públicas da ANP, a sociedade não é ouvida, uma vez que só agentes econômicos têm este direito. A resolução desta Agência de nº 27, de 02/05/11, diz, no seu Artigo 7: “a ANP realizará Audiência Pública, ..., para: ... e III - propiciar aos agentes econômicos a possibilidade de debater o Pré-Edital e apre-

sentar comentários e sugestões”. Nenhum outro representante de entidade alguma da sociedade tem incumbência ou é convidado para a audiência pública, o que não permite que ela seja chamada de “pública”.

Assim, a frequência e a dimensão destas rodadas de leilões, que tem sido definidas pelo MME e pela ANP, nunca são explicadas por eles, até porque são inexplicáveis. Assim, são dois órgãos públicos levando avante leilões que significam, pelas leis que os regem, a transferência de alguns bilhões de dólares em petróleo, pertencente à sociedade brasileira, para basicamente petroleiras estrangeiras.

As vezes, dizem que as rodadas são para satisfazer a Petrobras, o que não é verdade. O que o país precisa é que o Pré-Sal seja explorado em benefício do povo brasileiro. Portanto, num ritmo que mantenha a autossuficiência e que o parque de refino dê conta de agregar valor ao petróleo exportado, pois exportar petróleo bruto significa reduzir os impostos de 44% para 10%. O petróleo exportado não paga ICMS, CIDE e PIS/COFINS. A Petrobras explorando maximiza o conteúdo nacional. Ela compra no mercado nacional mais que qualquer outra. A impressão que se tem é que o MME e a ANP querem aproveitar este momento para impingir leilões de áreas do território nacional que podem ser arrematadas por empresas estrangeiras.

A Petrobras já tem reservas, a partir do petróleo descoberto, incluindo as reservas garantidas do Pré-sal, que suprem mais de 30 anos de abastecimento do país. Notar que não estão incluídas no cálculo as descobertas ocorridas no país pelas empresas privadas, pois este petróleo não ficará no Brasil. Assim, o petróleo a ser descoberto e produzido de qualquer novo leilão será para as empresas estrangeiras o exportarem e não para satisfazer a sociedade brasileira.

Como o petróleo deve ser visto como o derradeiro passaporte para nosso melhor futuro, e não como gerador de uns poucos trocados arrecadados como tributos, além de um grande solucionador de problemas alheios, como o abastecimento de países desenvolvidos e o aumento do lucro de empresas estrangeiras, novos leilões não devem ocorrer no Brasil durante um longo prazo. Se, neste intervalo, a Petrobras precisar de mais áreas do Pré-Sal para prospectar, basta utilizar o artigo 12 da lei 12.351 para transferi-las para a Petrobras sem leilão. Enquanto isto, o MME e a ANP devem parar com este furor entreguista, visando não dar razão à pergunta que passa na cabeça de todo brasileiro consciente: “A que país pertencem estes órgãos?”

A Diretoria

Clube de Engenharia
Fundado em 24 de dezembro de 1880

Presidente
Francis Bogossian
1º vice-presidente
Manoel Lapa e Silva
2º vice-presidente
Fernando Leite Siqueira

Diretores de Atividades Institucionais
Manoel Lapa e Silva
Fernando Leite Siqueira
Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite
José Stelberto Porto Soares
Júlio Niskier

Diretores de Atividades Financeiras
Luiz Carneiro de Oliveira
Manoel Lapa e Silva
Ricardo Rauen Ferreira

Diretores de Atividades Patrimoniais
Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite
Jaques Sherique
Luiz Carneiro de Oliveira

Diretores de Atividades Administrativas
Virginia Maria Salerno Soares
Jorge Antônio da Silva

Diretores de Atividades Técnicas
Abílio Borges
Paulo Cesar Smith Metri
Virginia Maria Salerno Soares

Diretores de Atividades Culturais e Cívicas
Paulo Cesar Smith Metri
Jorge Antônio da Silva
Ricardo Rauen Ferreira

Diretores de Atividades Sociais
Jaques Sherique
Jorge Antônio da Silva

Diretores de Atividades da Sede Campestre
José Stelberto Porto Soares
Jorge Antônio da Silva

CONSELHO FISCAL
Efetivos
Carlos Prestes Cardoso
Danton Voltaire Pereira de Souza
Arnaldo Dias Cardoso Pires
Suplentes
Jorge Nisenbaum
Antonio Elisimar Belchior Aguiar

CONSELHO EDITORIAL
Efetivos
Edson Monteiro
Sérgio Augusto de Moraes
Paulo de Oliveira Lima Filho
Francisco de Assis Silva Barreto
Sebastião José Martins Soares
William Paulo Maciel
Suplentes
Carlos Antonio Rodrigues Ferreira
Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves
Oduvaldo Siqueira Arnaud
Newton Tadachi Takashina

SEDE SOCIAL
Edifício Edison Passos
Av. Rio Branco, 124 – CEP 20148-900 Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2178-9200 / Fax: (21) 2178-9237
atendimento@clubedeengenharia.org.br
www.clubedeengenharia.org.br

SEDE CAMPESTRE
Estrada da Ilha, 241 – Ilha de Guaratiba
Telefax: 2410-7099

REDAÇÃO
Editora e jornalista responsável
Tania Coelho – Reg. Prof. 16.903
Textos: Rodrigo Mariano – Reg. Prof. 32.394/RJ
Estagiária: Marina Nardino
Colaboração: Mária Ony
Revisão: Rita Luppi
Editoração: Stefano Figalo/ Espalhafato Comunicação
Impressão: Folha Dirigida

Descontos oferecidos pelo Clube de Engenharia

- FACHA (cursos de pós-graduação)
- Universidade Estácio de Sá
- Universidade Federal Fluminense (pós-graduação)
- Universidade Veiga de Almeida
- Centro de Estudos Alexandre Vasconcelos (Ceav)
- Pousada Vale Verde de Teresópolis Ltda
- Elza Lentes de Contato
- Ótica Cristã Nissi
- Ótica Maison de Vue
- Ótica Anjos dos Olhos
- Ótica Especializada Alina
- Colégio e Curso Intellectus
- Manoel Crispun Materiais de Construção
- Fonoclinica Produtos Médicos Ltda
- Dartigny Moda Masculina
- DC Grill Churrascaria
- Restaurante Zanzariba
- Crafipark S/C Ltda
- Colégio Mary Poppins
- Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Leopoldina
- Kerala Clínica de Terapias Alternativas e Reabilitação Física
- Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR)
- Universo Physio Pilates
- Clínica Odontológica New Quality

www.clubedeengenharia.org.br/descontos.htm



Patrocínio



DEFESA E DESENVOLVIMENTO

“A possibilidade de desarmamento nuclear pode ser considerada nula”

Enquanto as maiores potências do mundo mantêm ativos os seus programas nucleares, o Brasil começa a despertar para a necessidade de garantir a segurança de suas riquezas.

Seuroff/Barthelemy DCNS



Submarino construído pela DCNS, empresa francesa que entregará o primeiro submarino nuclear do país.

Katja Schiliró



Dalton Girão defende a necessidade de um poder de dissuasão mínimo para a defesa da soberania nacional.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Em todo o mundo, além da dissuasão de conflitos armados, o avanço da área nuclear em todos os países se mostrou um dos pilares do desenvolvimento tecnológico para fins pacíficos. Também por isso, as potências nucleares não só mantêm seus arsenais e seus complexos nucleares militares como itens essenciais de sua segurança, como também trabalham continuamente em sua modernização. “Se você estudar o progresso econômico das grandes nações, as áreas nuclear e espacial estão diretamente ligadas à prosperidade, são pilares básicos do desenvolvimento científico”, explicou Girão.

Para Girão, é importante que o país tenha algum poder de dissuasão, ainda que em grau reduzido. “Não precisamos criar artefatos nucleares. Podemos construir as partes e guardar para montar só se necessário. Precisamos criar uma capacidade nuclear, uma estrutura. O programa nuclear nacional, abandonado durante os governos Collor e Fernando Henrique, começa a dar sinais de renascimento com a construção do primeiro submarino de propulsão nuclear do Brasil. Tenho esperança que o programa nuclear da Marinha vá engrenar agora”, declara Girão.

O cenário mundial é cada dia mais instável. Enquanto a Europa e Estados Unidos se afundam em uma crise financeira sem precedentes, a extração do petróleo do pós-sal entra em declínio. No Oriente Médio, sob suspeita de ligações com terroristas, o presidente do Irã, Mahamound Ahmadinejad declara o país como um “estado nuclear”, propiciando uma corrida nuclear bélica envolvendo Egito, Arábia Saudita, Turquia, entre outros.

No Brasil, as já conhecidas riquezas naturais, como o potencial energético dos rios da Amazônia, a enorme reserva de metais estratégicos e as abundantes fontes de fármacos representadas pela flora nativa se somam à descoberta do petróleo do Pré-sal, com reserva de óleo e gás equivalente às maiores potências petrolíferas do mundo. Sob o solo, uma reserva equivalente de urânio coloca o país entre os seis maiores do mundo.

Foi pensando nesse contraste que o físico Dalton Ellery Girão Barroso, mestre em engenharia nuclear pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), lançou ao conselho diretor do Clube de Engenharia, no último dia 27 de fevereiro, a pergunta: “Nações continentais, com enorme acervo de recursos naturais, têm o direito natural de desenvolver capacidade de dissuasão nuclear para sua defesa?”.

O PODERIO NUCLEAR NO MUNDO

Hiroshima e Nagasaki apresentaram ao mundo o poderio destrutivo das primeiras bombas atômicas. A proliferação nuclear tomou força e foi usada para evitar destruição. Trata-se do conceito da dissuasão, quando apenas algumas poucas armas nucleares de alta potência são capazes de dissuadir o inimigo a um ataque ou invasão, garantindo a soberania nacional apenas pela existência e capacidade real de uso do poderio, sem a necessidade de seu uso efetivo. A dissuasão nuclear contribuiu diretamente, por exemplo, para que a Guerra Fria não evoluísse para uma 3ª Guerra Mundial.

Os números apresentados por Girão são altos: o arsenal nuclear dos EUA possui cerca de 5.070 artefatos, além das bombas americanas em países da Europa, que somam 480 artefatos; a Rússia guarda um arsenal de cerca de 2.600 artefatos; a França tem 300 bombas e a Inglaterra tem 192; o arsenal atômico da China é estimado em 240 artefatos. Girão também esclarece que não existe caminho de volta. “A possibilidade de desarmamento nuclear pode ser considerada nula. As armas nucleares vieram para ficar e a humanidade vai ter que conviver e sobreviver com elas, inexoravelmente”, alerta.

Tema provoca debate

A palestra de Girão alimentou manifestações de apoio e críticas dos conselheiros sobre prós e contras da proliferação de armas nucleares no mundo e as implicações ainda incertas que podem representar para o futuro do planeta, não só na esfera geopolítica, como na ambiental.

A conselheira Maria Alice Ibañes levantou questão relevante nos dias de hoje: os resultados e as consequências dos muitos testes nucleares no meio ambiente. “É muita energia liberada nos testes ao longo de cinco décadas. Alguém já fez essa conta e levou em consideração esse fator ao estudar as mudanças climáticas? Uma energia assim não se dissipa facilmente. Qual será o efeito potencial disso?”. O segundo vice-presidente do Clube, Fernando Siqueira, também falou da ameaça das armas nucleares: “Nós temos armas nucleares suficientes para destruir dez vezes o planeta. Será prudente continuar a proliferação mundo afora?”.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Ação preventiva contra desastres naturais

Fórum permanente traz ao Clube de Engenharia especialistas e representantes do poder público para debater os avanços e identificar gargalos nas ações preventivas contra desastres naturais nas diversas esferas governamentais

O Clube de Engenharia promoveu debate sobre ações de prevenção, contingência, emergência e políticas públicas no dia 9 de fevereiro. Foi a quinta edição do Fórum Permanente de Acidentes Naturais, realizado pelas divisões técnicas de Recursos Naturais Renováveis (DRNR) e Recursos Minerais (DRM), com o apoio de diversas entidades da engenharia nacional.

Um dos maiores obstáculos para a segurança da população no período de chuvas fortes - à falta de uma cultura que privilegie o planejamento, que não atue apenas na resposta aos desastres, mas de forma a evitar que eles aconteçam - vem sendo superado à medida que os debates e o trabalho do poder público e entidades da sociedade civil alcançam mais pessoas e criam uma nova consciência. Segundo Eduardo König, presidente da Sociedade dos Arquitetos e Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Seaerj) falta uma postura mais firme por parte do Estado. "O governo ainda não entendeu a importância de novos concursos públicos para que o conhecimento seja passado à frente. Falta sensibilidade para investir em ciência, em tecnologia e, principalmente, em planejamento", declarou.

RESULTADOS DO PODER PÚBLICO

Mostrando sinais de amadurecimento para uma postura mais preventiva, voltada, inclusive, para a educação como ferramenta de minimização de danos, os órgãos do poder público representados no fórum pelo tenente coronel Marcio Moura Motta, subsecretário municipal de Defesa Civil da cidade do Rio de Janeiro e Flávio Erthal, presidente do Departamento de Recursos Naturais (DRM) do estado do Rio, apresentaram os trabalhos que vêm realizando no último ano graças aos investimentos que surgiram após a tragédia na região serrana do Rio de Janeiro.

Segundo Motta, a prefeitura tem focado na educação, com treinamento de 6 mil agentes dentro das próprias comunidades que, uma vez preparados, atuam na evacuação das pessoas que moram em área de risco: "O Centro de Controle da prefeitura nos avisa sobre o risco de chuvas fortes e nós enviamos a informação direto para os



Fotos: Bruno Lopes

Flávio Erthal, presidente do Departamento de Recursos Naturais (DRM) - à esquerda - fala do mapeamento de 49 municípios até o final de 2012. O tenente coronel Marcio Moura Motta - à abaixo - apresenta o trabalho da Secretaria de Defesa Civil: treinamento de agentes comunitários e planos de evacuação levados às escolas locais. As ações se complementam.

agentes comunitários via SMS. Se necessário, eles tocam as sirenes e começa a evacuação. Em uma tempestade em 2011, tocamos sirenes em 11 comunidades. Houve deslizamentos, desabamentos, mas nenhum óbito", explica.

A atuação do governo do estado está, segundo Erthal, voltada para o mapeamento dos municípios, gerando conhecimento para estabelecer ações coordenadas de prevenção e emergência. Segundo ele, "graças aos recursos dos royalties do petróleo, com subsídios do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAN), em 2011, 31 municípios foram mapeados. Até dezembro de 2012, serão 49 municípios mapeados, além de outros 42 em execução".

POR UMA ENTIDADE FEDERAL

A prevenção, apontada por todos como um dos pontos mais importantes no trabalho para evitar tragédias, foi defendida por Francis Bogossian, presidente do Clube de Engenharia. Para Francis, as prefeituras não puderam fazer nada para impedir o crescimento desordenado e agora que precisam trabalhar junto aos moradores de encostas de morros e margens de rios, precisarão de ajuda federal. "O governo estadual



já está mudando a sua mentalidade, mas precisa da ajuda do governo federal em um trabalho preventivo por meio da criação de um Departamento Federal de Mitigação de Catástrofes. Além de evitar mortes e perda de patrimônio, o gasto da atuação preventiva é inferior a 10% do que se vai gastar com a mitigação das catástrofes que inevitavelmente virão", defendeu Francis.

Participaram do fórum, ainda, Claudio Amaral, do DRM; Alcebíades da Fonseca, representando o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-RJ), Agostinho Guerreiro; Adacto Otoni, do Crea-RJ; o geógrafo Marcelo Motta; Willian Paulo Maciel, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia; Nelson Meirim Coutinho, presidente da Sociedade Brasileira de Geologia de Engenharia Ambiental (ABGE); entre outros técnicos, acadêmicos e especialistas da área.



CHEVRON

Histórico de negligências em águas brasileiras



Fabio Rodrigues Pozzebom/Abn

A imprensa internacional evidencia casos de negligência da Chevron em outros países da América Latina. No Brasil, a atuação da empresa foi suspensa em março.

O diretor de Assuntos Corporativos da Chevron, Rafael Jean Williamson, fala à imprensa após reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado, para discutir o vazamento de óleo na Bacia de Campos

No mês de março a petroleira Chevron solicitou à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a suspensão temporária de suas atividades no Brasil. De acordo com porta-vozes da empresa, o objetivo é que sejam feitas investigações que permitam à Chevron estudar melhor a geologia do Campo de Frade e entender mais detalhadamente o funcionamento do poço.

A decisão vem após a detecção de uma pequena mancha de óleo no dia 4 de março no mesmo local onde, em novembro do ano passado, vazaram 2,4 mil barris de petróleo. Desde o acidente em 2011, a empresa não pode perfurar novos poços. O prejuízo vai além: a justiça emitiu ordem que impede 17 diretores da Chevron e da Transocean – proprietária da plataforma que a Chevron operava em Campo de Frade – a saírem do país por terem sido acusados criminalmente pelo acidente.

De acordo com o 2º vice-presidente do Clube de Engenharia e vice-presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras (AEPET), Fernando Leite Siqueira, suspender as atividades sai mais barato que vedar o estrago feito no fundo do mar. “Quando decidi alcançar um segundo reservatório utilizando o mesmo poço, a Chevron deveria ter isolado o primeiro. Mas a empresa fez a opção pelo mais barato e pelo menos seguro: perfurar o segundo sem conhecer a sua pressão. Como a pressão se revelou muito maior, ao injetar lama mais pesada,

ela causou a ruptura do primeiro reservatório provocando um vazamento contínuo. É um projeto de perfuração absolutamente indefensável. Não é ético nem legal, completamente contrário às normas de segurança”, explica.

No dia 21 de março, novo capítulo da história é escrito: o Ministério Público Federal (MPF) denunciou criminalmente a Chevron, a Transocean e 17 pessoas por crime ambiental e dano ao patrimônio público em virtude do vazamento do ano passado. Entre os denunciados está o presidente da Chevron, George Raymond Buck. Ele e outros três funcionários responderão por dificultar a fiscalização, não cumprir obrigações de interesse ambiental, apresentar um plano de emergência enganoso e falsidade ideológica por ter alterado documentação apresentada a autoridades públicas.

UM HISTÓRICO DESASTROSO

Segundo a ANP, foram detectadas falhas graves nos equipamentos da plataforma SEDCO 760 da Transocean, prova contundente da precariedade das condições em que a Chevron trabalhava na costa do Rio. Além disso, a empresa não tentou recolher o óleo – embora o procedimento estivesse como padrão no Plano de Emergência Individual da empresa –, preferindo usar o método da dispersão mecânica, espalhando ainda mais o óleo e aumentando o desastre ambiental.

O histórico da Chevron com a justiça por con-

ta de crimes ambientais não é novidade. De acordo com a revista americana *The New Yorker*, uma batalha legal de 18 anos se desenrola contra a empresa no Equador e nos Estados Unidos por suposta contaminação ambiental na Amazônia equatoriana. Em Largo Agrio, no Equador, em 14 de fevereiro do ano passado, a justiça decretou uma multa de 18 bilhões de dólares contra a Chevron, entrando para a história como a maior pena por danos ambientais no mundo. Sobre o caso, a Chevron declarou que se tratava de “mais um exemplo claro da politização e corrupção do judiciário equatoriano”. A declaração parece fazer parte da estratégia da empresa: na Nigéria, após ser inocentada em um processo, a empresa entrou com pedido para que os acusadores – viúvas e filhos de manifestantes assassinados – pagassem os custos da empresa com os advogados.

De acordo com a *Newyorker*, não é o caso. Na matéria-denúncia, a revista afirma que o lixo tóxico da Texaco – posteriormente comprada pela Chevron, que continuou operando na área – “pode ser mensurado em mortes por câncer, abortos, nascimento de bebês deficientes, morte de animais, peixes doentes e a quase extinção de diversas tribos indígenas, em um cenário chamado de ‘Chernobyl da floresta tropical’”.

“Companhias petroleiras devem ajudar as comunidades das quais fazem parte”. Essa é uma das frases usadas pela Chevron em comerciais nos Estados Unidos. Em 2008, um lobista da empresa deu à *Newsweek*, outra respeitada revista americana, uma declaração que não bate com o *slogan*: “Não podemos deixar que pequenos países passem por cima de grandes empresas dessa forma”.

A MENSAGEM QUE FICA

Para Siqueira, o caso Chevron evidencia alguns pontos: “Essas empresas tem poder elevado, não obedecem as regras, não são controláveis – pelo contrário, elas controlam os poderes –, formam um cartel internacional e, no fim das contas, fazem o que querem”. Como a única saída viável para mudar esse panorama, Siqueira aposta na suspensão definitiva dos leilões. A Petrobras, por ser estatal, é controlada pelo governo e, consequentemente, pela sociedade. Além disso, a empresa respeita mais as leis do país e é a empresa que mais conhece a tecnologia, sendo pioneira em águas profundas. “Estamos lutando bravamente no Congresso, mas falta mobilização social. Nas décadas de 1940 e 1950, quando o petróleo era só um sonho, tivemos o maior movimento cívico da história do país. Hoje o petróleo é realidade e, mais do que nunca, precisamos colocar o povo na rua para pressionar e respaldar o fim dos leilões”, alerta.

TRANSPORTE

O debate da Linha 4 do Metrô

O Clube de Engenharia segue na luta por maior interlocução entre sociedade e gestores públicos, em defesa de um traçado que atenda melhor às necessidades da população

Pela segunda vez, representantes do governo do estado e sociedade civil se reuniram em audiência pública para discutir o projeto e a execução das obras da Linha 4 do Metrô do Rio, que ligará a Zona Sul à Barra em uma continuação da Linha 1, que hoje divide os trilhos com a Linha 2. Com o objetivo de debater do percurso aos impactos ambientais das obras na Zona Sul, a audiência do dia 27 de fevereiro durou cerca de seis horas e lotou dois auditórios da Escola Estadual André Maurois, no Leblon, com representantes de associações de moradores, do poder público e de entidades de classe.

Presidida pela Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), da Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, a reunião contou com a presença dos secretários Julio Lopes (Transporte) e Régis Fichtner (Casa Civil) e marcou a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do trecho Sul, que tem 5,7 quilômetros de extensão, da Gávea até a estação General Osório, de onde segue para a Barra, passando pelas estações Nossa Senhora da Paz, Antero de Quental, Jardim de Alah. O restante do trajeto, que faz parte do trecho Oeste e vai do Jardim Oceânico até a Gávea já possui todas as licenças e conta com mais de 1.400 metros de rocha escavada.

PONTOS POLÊMICOS

Segundo o promotor do Ministério Público Estadual (MPRJ), Carlos Saturnino, o Grupo de Apoio Técnico Especializado do MP-RJ aponta vários erros no EIA/RIMA. O promotor cobrou que pelo menos duas opções de traçado sejam apresentadas para a sociedade e que esta participe da tomada de decisão, como determina a lei.

Entre as questões levantadas durante a rodada de debates estavam algumas velhas conhecidas do Clube de Engenharia, tais como a necessidade da construção de uma segunda estação General Osório ao lado da já existente e o abandono do traçado original da Linha 4. Para o conselheiro do Clube de Engenharia, Paulo Lima, que representou o Clube no evento, ao lado do primeiro vice-presidente, Manoel Lapa, o que era para ser a expressão de uma prática republicana se mostrou

imperial. “Assistimos a um monólogo sem nenhum compromisso com o diálogo. O cidadão não foi escutado e as próprias entidades públicas envolvidas no processo não se entendiam: não há unidade de pensamento”, destacou.

No dia 9 de março, Carlos Saturnino encaminhou, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, recurso ao Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro pedindo a paralisação das obras. Segundo Paulo Lima, a justiça é a saída



Pedro Kirilos/Riotur

NÃO POR ACASO, AS REIVINDICAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DESTACADAS EM AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO E A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO EXATAMENTE O QUE O OLHAR TÉCNICO DA DIRETORIA E DAS DIVISÕES TÉCNICAS DO CLUBE DE ENGENHARIA APONTAM COMO O MAIS ACERTADO PARA A CIDADE.

possível. “O diálogo vai ser instituído pela justiça. As duas partes serão escutadas: governo e sociedade civil. Mais que isso, será o momento de mostrar que o projeto é legal, que as licenças são válidas, momento de mostrar que há ordenamento no processo e apagar a impressão que fica: que cada um fala uma coisa diferente”.

O CLUBE COMO REFERÊNCIA

No documento encaminhado pelo MP, estudos e posicionamentos do Clube de Engenharia em relação ao tema foram colocados como referência na discussão técnica sobre o assunto. O documento destaca que “o prestigioso Clube de Engenharia, entidade fundada em 1880, ostenta

131 anos de existência e tradição, como o foro qualificado dos debates mais relevantes da engenharia nacional. O Clube de Engenharia deliberou sair de sua habitual posição parcimoniosa para, publicamente, defender posição contrária às mudanças implementadas pelo estado do Rio de Janeiro no projeto da Linha 4”.

O Agravo de Instrumento com requerimento de Efeito Suspensivo também enumera as propostas que o Clube de Engenharia apresentou ao governo do estado em agosto de 2010. Entre elas estão a ligação Estácio-Carioca-Barcas,

prioritária desde os estudos iniciais do Metrô-Rio; manutenção do trajeto original da Linha 4, com estações em Botafogo, Humaitá, Jardim Botânico, Gávea, São Conrado e Jardim Oceânico; inclusão da estação Gávea no trecho em construção em dois níveis para o cruzamento das Linhas 1 e 4; criação da linha circular – a exemplo de Londres – para a Linha 1, ligando Ipanema à Tijuca, possibilitando um *headway* de um minuto e meio de intervalo entre trens, dobrando a capacidade de transporte da Linha, entre outras. Não por acaso, as reivindicações da

sociedade civil são exatamente o que o olhar técnico aponta como o mais acertado para a cidade.

A luta do Clube de Engenharia pela continuação das obras, mas por um traçado racional e eficiente para a Linha 4 do Metrô não é recente. Ao longo de 2010, o Clube recebeu especialistas e autoridades para sucessivos debates sobre o tema. Julio Lopes, secretário de estado de Transportes do Rio de Janeiro; Bento Lima, diretor de Engenharia da Rio Trilhos, representaram o governo nos debates. A sociedade civil participou diretamente com representantes do movimento “O Metrô que o Rio precisa”, de associações de moradores de toda a cidade.

SERVIÇOS

Sem sinal de melhoria

Quase 15 anos após a privatização das “teles”, operadoras de telefonia celular seguem encabeçando o ranking de reclamações no Procon

A telefonia móvel é, já há alguns anos, um gigante nacional. A força do gigante, no entanto, é absolutamente questionável: há mais de um celular por habitante, mas apenas 20% deles pagam mensalmente, de forma regular, pelo uso da linha e cerca de 80% usam o serviço pré-pago. Em função das altas tarifas e da baixa qualidade, o país tem um dos menores tráfegos de celulares do mundo. A universalização dos aparelhos foi alcançada, mas a democratização da comunicação móvel continua privilégio para poucos. As empresas de telefonia faturam alto, mas a ineficácia e as reclamações aumentam na mesma proporção que os lucros.

O ano de 2012 começou com novo recorde. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), houve um aumento de 19,3% em relação a 2010 no número de habilitações. Foram 39,3 milhões de novos aparelhos habilitados em 2011. Os 242,2 milhões de celulares habilitados do país também farão ligações mais baratas a partir desse ano. A notícia, que se destaca pelo ineditismo – raramente tarifas são reduzidas no país – é, na verdade, um ajuste que já poderia ter sido dado há tempos. Segundo Marcio Patusco, ex-chefe da divisão técnica de Tecnologia da Informação (DETI), a redução das tarifas de interconexão – de fixo para celular e vice-versa – está prevista desde a privatização. “A tarifa foi estabelecida para viabilizar o serviço e estimular a expansão da sua infraestrutura no país. Agora está viabilizado e estável. Já era hora de mexer na tarifa, que terá desconto gradual até alcançar um desconto total de 26% em 2014”, explica.

QUALIDADE E INVESTIMENTO

Segundo dados apresentados pelo Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel (Sinditelebrasil), desde a privatização o investimento foi de mais de R\$ 220 bilhões de reais, o equivalente a cerca de dez usinas de Belo Monte. A insatisfação dos clientes no que diz respeito à qualidade do serviço, no entanto, segue crescendo. Tentando entender o problema e buscar soluções, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminhou ofício à Anatel pe-

dindo esclarecimentos sobre oito pontos relacionados à qualidade do serviço de telefonia móvel no país. Em visita à Brasília, o presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian e o presidente da OAB, Ophir Cavalcante fecharam em março uma parceria entre as duas entidades: tão logo chegue a resposta da Anatel, o Clube auxiliará a OAB com a análise técnica dos documentos.

A parceria com o Clube se justifica uma vez que a maioria dos problemas das operadoras são tipicamente de engenharia. Segundo Patusco, a questão é menos complexa do que se pensa: “se você tem mais usuários do que o equipamento instalado consegue suportar, a saída é colocar mais antenas de forma a dividir o tráfego”.

Embora pareça simples, a solução do problema esbarra em uma questão fundamental: a rentabilidade do negócio. “Na hora de decidir se serão colocadas 3 antenas em determinada região para atender com qualidade o mesmo número de pessoas ou colocá-las onde ainda não há nenhuma, expandindo a clientela e aumentando os lucros, o cálculo feito é puramente financeiro”, esclarece Patusco.

Outro ponto que caminha na contramão da qualidade do serviço é a tarifa. Segundo a International Telecommunication Union (ITU), em 2010 a conta de celular do brasileiro já era a mais cara do mundo se comparada ao critério de pari-

dade de compra. As tarifas altas acabam sendo um fator que impede a universalização do acesso ao serviço. “Nossas tarifas são inexplicáveis. O próprio pré-pago, adotado por quem precisa regular o quanto usa, é bem mais caro que o pós-pago, fruto da ganância daqueles que têm as concessões”, continua Patusco.

UM ERRO DE ORIGEM

A incapacidade da agência reguladora – a Agência Nacional de Telecomunicações – de atuar diretamente sobre questões tarifárias e de abrangência se deve, segundo Patusco, a um erro de origem da época das privatizações. “Foram feitas poucas amarras no que tange à qualidade e universalização. O resultado é que 40% dos municípios do Brasil hoje não têm competição, com apenas uma operadora de celular”.

Exigir das empresas concessionárias níveis satisfatórios de qualidade e penetração se torna tarefa difícil para uma reguladora com indicadores ultrapassados e insuficientes. Para compensar a fraqueza, a Anatel tenta criar mecanismos que, em momentos chave, podem ajudar a cobrir buracos. “Quando houve o leilão do 3G, a Anatel diminuiu o preço das frequências com a condição de que quem ganhasse a licitação em regiões muito atrativas teria que ganhar também em regiões com pouca atratividade financeira”, lembra ainda Patusco, ao explicar que ao vincular áreas boas e ruins financeiramente falando, a agência não penalizou as empresas diminuindo o preço e garantiu a universalização. E assim segue a telefonia nacional: na base dos jeitinhos, das ações casuísticas, pra desespero e indignação dos usuários.



Fotos: Valler Campanator/ABR

O membro do Conselho Diretor da Anatel, Rodrigo Zerbone, em uma das audiências realizadas pela ANATEL para discutir caminhos para a melhoria dos serviços de telefonia móvel



O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Rezende, em coletiva de imprensa: Agência carece de ferramentas de controle mais eficientes

SOCIAL

Confraternizações e homenagens



O diretor Paulo Metri, e o presidente Francis Bogossian entregam a Medalha Irmãos Rebouças ao homenageado Waldimir Pirró e Longo

O ano começou com muitas confraternizações e festas especiais no Clube de Engenharia. Em janeiro, o almoço dos aniversariantes recebeu um convidado muito especial: Waldimir Pirró e Longo veio ao Clube de Engenharia receber das mãos do presidente Francis Bogossian a Medalha Irmãos Rebouças, reconhecimento do Clube de Engenharia por uma vida dedicada à tecnologia. Formado pelo Instituto Militar de Engenharia em 1959, com mestrado e doutorado pela Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, Longo teve uma carreira dedicada à engenharia nacional. Foi assessor especial do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), diretor do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia. Sempre ligado à tecnologia, foi também presidente da Empresa Fluminense de Tecnologia, subsecretário adjunto de Tecnologia do estado do Rio de Janeiro, diretor técnico da Fundação de Tecnologia Industrial, entre outros. Na área da educação, foi professor e pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador de pesquisa e pós-graduação do IME. Emocionado, Waldimir afirmou: “no Clube, convivi com engenheiros que ajudaram a escrever a história do nosso país. Hoje eu volto para receber essa bela homenagem em momento crucial da minha carreira, quando completo 60 anos de engenharia”.

Café com o presidente aproxima gerações



O presidente Francis Bogossian e os diretores Luis Carneiro e Jorge Antonio recebem os calouros de engenharia da UERJ

O primeiro Café com o Presidente de 2012 trouxe ao salão do 24º andar do Clube de Engenharia os calouros da Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Parte da semana de boas-vindas, a visita ao Clube dos recém chegados à UERJ já está virando tradição. O presidente Francis Bogossian e os diretores Luiz Carneiro e Jorge Antonio passaram parte da tarde com os estudantes em uma conversa informal sobre os rumos da engenharia nacional. Francis animou os alunos: “O país está crescendo e vai precisar do trabalho de cada um de vocês. A engenharia é novamente valorizada pelo mercado. Não desistam do curso”.

Carnaval abre alas no espaço cultural do Clube

Na véspera do carnaval, um dia antes do início oficial da folia, o Clube de Engenharia teve sua própria abertura de carnaval com o projeto Música no Museu. Em apresentação especial no dia 17 de fevereiro, a soprano Cristiane Migon, o barítono Paulo Martan e a pianista Catherine Henriques fizeram associados e convidados reviverem os carnavais passados com clássicos de Chiquinha Gonzaga, Ary Barroso, Lamartine Babo, Noel Rosa, Heitor dos Prazeres, entre outros grandes nomes da música e da cultura nacional. Com máscaras de carnaval, os presentes cantaram marchinhas como “Ô abre alas”, “Bandeira Branca”, Turma do Funil”, “Tomara que Chova” e muitas outras.



INSTITUCIONAL

Frente Pró-Rio em mobilização pelos royalties do Rio



Agostinho Guerreiro, presidente do Crea-RJ, Francis Bogossian, presidente do Clube e o deputado federal Hugo Leal planejam grande mobilização pelos royalties do Rio com os representantes das entidades que formam a Frente Pró-Rio

Após meses de articulações e discussões, a Frente Pró-Rio está pronta para promover, no dia 16 de abril, o Seminário Redistribuição de Receitas. O evento irá debater não só as receitas dos royalties, como também o fato do ICMS ser cobrado

no destino, e não na origem, e a redistribuição do Fundo de Participação dos Estados. “A regra vigente do fundo foi declarada inconstitucional pelo STF e o Congresso tem até o final desse ano para debater o assunto. O que tem acontecido é

que o poder público, ao invés de fazer o debate principalmente relacionado à reforma tributária, vai adiando e esse adiamento traz prejuízos para alguns estados como o Rio de Janeiro”, explica o deputado federal Hugo Leal (PSC-RJ). A ideia que tomou forma na última reunião da Frente, em 12 de março, é preparar um documento consistente da Frente Pró-Rio com a presença de senadores e deputados do Rio de Janeiro, além da participação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e o Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAM), apresentando estudos sobre o assunto.

No início de março, o presidente Francis Bogossian esteve com a deputada federal Rose de Freitas, vice-presidente da Câmara e líder da Comissão Paritária – composta de cinco membros dos estados produtores e cinco dos estados não confrontantes –, quando conversaram sobre o assunto. “Ela foi muito gentil, forneceu os estudos que tinha em mãos, as propostas de emendas e reclamou muito da morosidade do processo. Me identifiquei com ela”, destacou Francis. Caso não haja um entendimento dentro dessa comissão, o cenário mais provável é que a discussão seja levada ao Supremo Tribunal Federal.

CONSELHO DIRETOR

Estratégias e perspectivas para o estado do Rio de Janeiro

Os programas de mestrado e doutorado em economia na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro não têm linhas de pesquisa permanentes estruturadas sobre o Rio. “É como se o carioca não gostasse de discutir o Rio: não é nossa tradição”, afirmou Mauro Osório da Silva em sua apresentação no Conselho Diretor do dia 23 de janeiro.

Entre os pontos destacados por Osório está a necessidade de se pensar o crescimento da cidade de forma racional. “É preciso pensar se queremos o adensamento populacional do Centro e Zona Portuária apenas pelo mercado ou se devemos manter a tradição da cidade, de mesclar suas classes sociais e reservar espaço para habitações populares”, destacou.

Entre as propostas de Osório estão: política de Complexo Produtivo dentro das potencialidades da cidade; a criação de uma estratégia para a área de Petróleo & Gás; mais ousadia na alocação das Olimpíadas de 2016, que hoje está planejada para acontecer majoritariamente no Recreio dos Bandeirantes; e a necessidade de uma política industrial e encadeamento: “Não basta os economistas fazerem políticas horizontais, melhorar abertura de emprego. É preciso ter políticas setoriais e industriais, isso é absolutamente decisivo”, explicou.

Bilhões que escoam

Um dos temas que serão tratados no seminário organizado pela Frente Pró-Rio, as receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tema polêmico. De acordo com o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, Julio Bueno, enquanto os royalties do petróleo correspondem a cerca de R\$ 7 bilhões por ano, ao ser recolhido no destino e não na origem, o ICMS representa uma evasão de R\$ 8 bilhões para o estado do Rio. A decisão de cobrar o ICMS no destino para energia elétrica e petróleo e derivados data da Constituinte de 1988, e é resultado do trabalho da então Comissão do Sistema Tributário, paradoxalmente presidida pelo senador Francisco Dornelles e contando com nomes como César Maia e outros constituintes pelo estado do Rio de Janeiro.

MANIFESTO

Comissão avança com novas parcerias

Trabalho conjunto da Comissão de Política Industrial com a divisão técnica de Ciência e Tecnologia irá mapear parques tecnológicos do país

Desde o seu lançamento oficial, em dezembro de 2011, o Manifesto do Clube em Defesa da Engenharia e da Empresa de Capital Nacional vem repercutindo junto ao poder público. Enviado a autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, o documento encontra eco em outras iniciativas que se somam ao trabalho da Comissão de Política Industrial do Clube. Respostas oficiais e considerações expressivas continuam chegando de entidades de extrema importância para o sucesso da empreitada, como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e parlamentares, como o senador Álvaro Dias e o deputado federal Chico Alencar.

Enquanto o manifesto segue aproximando parceiros nas diversas instâncias do poder público, uma nova parceria entre a Comissão de Política Industrial (CPI) e a divisão técnica de Ciência e Tecnologia (DCTEC) pretende municiar a equipe técnica e de gestão do Clube para que a entidade possa colaborar com eficiência e efetividade para a implantação plena das propostas do manifesto.

Um dos pontos apontados pela CPI como um gargalo para a integração entre grandes empresas contratantes e compradoras e pequenos fornecedores genuinamente nacionais é justamente o fato de não haver conhecimento e proximidade entre eles. A parceria com a DCTEC atuará justamente nessa área através da realização de levantamentos e estudos nos parques tecnológicos da Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro; Campinas, São José dos Campos, Jundiaí e São Carlos, em São Paulo; Itajubá e Varginha, em Minas Gerais; da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, entre outros.

TRAÇANDO PERFIS

Através de informações como localização, história, vocação, dimensões, vincula-

ção, administração e de estudos sobre os centros de pesquisas instalados, incluindo objetivos, empresas patrocinadoras, número e qualificação dos pesquisadores e resultados já alcançados, a Comissão e a DCTEC pretende criar um mapa geral dos potenciais, capacidades e possibilidades de constituírem casos exemplares em território nacional e um arcabouço de conhecimento que posteriormente será entregue para as próprias empresas.

Wilson Dias/ABR



A presidenta Dilma Rousseff na solenidade que instalou os 19 conselhos de competitividade do Plano Brasil Maior.

A iniciativa tem como foco dois pontos do Manifesto: a exigência da associação com empresas genuinamente nacionais, apoiadas pelo FINEP e BNDES nos Centros de Pesquisa instalados por empresas multinacionais nos Parques Tecnológicos articulados com universidades estaduais em seus *campi* ou em sua área de influência e a criação de incentivos a projetos de alta tecnologia desenvolvidos por empresas nacionais com incentivo governamental para assegurar a manutenção do efetivo controle de capital domiciliados e residentes no Brasil.

De acordo com Carlos Ferreira, membro da Comissão, é importante ter como base o Plano Brasil Maior – a Política Industrial do Governo Dilma – “para identificar pontos de convergências para os tópicos da pesquisa e as demandas e

ações a serem desdobradas ou implementadas”. Carlos também propõe a restrição dos trabalhos, em um primeiro momento, ao setor de Petróleo & Gás, onde o potencial de conhecimento da comissão e do Clube já é bastante considerável.

REFORÇO PARLAMENTAR

Em 29 de fevereiro o Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão – resultante da Medida Provisória nº 544, de 29 de setembro de 2011, anteriormente aprovada com modificações pela Câmara de Deputados – que estabelece normas especiais para as compras e contratações de produtos e sistemas de defesa e cria regime tributário especial (RETID) para a Indústria de Defesa, de forma diferenciada, favorecendo a Empresa Estratégica de Defesa (EED). “Essa decisão que ora sobe à promulgação da Presidente da República, está exatamente alinhada com o que propõe o Manifesto”, destaca Sebastião Soares, membro da Comissão de Política Industrial do Clube.

O Clube de Engenharia deverá aprofundar o conhecimento do que dispõe essa nova Lei, investigando suas consequências e contribuindo para efetivar os benefícios dela decorrentes para o desenvolvimento sustentável e soberano do Brasil.

Plano Brasil Maior entra em nova fase

Em solenidade em Brasília, no dia 3 de abril, a presidente Dilma Rousseff anunciou a instalação dos 19 conselhos de competitividade definidos no Plano Brasil Maior.

A iniciativa faz parte de uma das principais vertentes de atuação do governo federal, que é a adoção de políticas públicas em favor do desenvolvimento industrial a partir de ações que buscam fortalecer a competitividade, acelerar ganhos de produtividade, promover o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor, ampliar mercados, criar empregos de melhor qualidade e garantir um crescimento inclusivo e sustentável da indústria nacional.



DTEs em AÇÃO

Marinas: o potencial no Rio de Janeiro

Vetores de recuperação e desenvolvimento de cidades inteiras, grandes polos de atração turísticos continuam fora do planejamento urbanístico da cidade do Rio e de todo o país

Um total de 20% do turismo em países desenvolvidos estão em torno da beira-mar e as marinas são parte importante desse cenário. O turismo náutico movimentava cerca de 200 bilhões de dólares em todo o mundo e o potencial do Brasil – e especial – do Rio de Janeiro, tendo em vista sua vocação e extensa costa – é imenso, mas há pouco investimento. Foi esse o alerta que o arquiteto José Otacílio de Saboya Ribeiro, que estuda o assunto há 42 anos, trouxe ao Clube de Engenharia no dia 7 de março.

Promovido pelas divisões técnicas de Transporte e Logística (DTRL), Urbanismo e Planejamento Regional (DUR) e Recursos Naturais Renováveis (DRNR), em parceria com a Associação de Engenheiras e Arquitetas (ABEA), o evento apresentou as marinas, espaços definidos como um “complexo de amenidades” que muitas vezes revitalizam ambientes degradados, capazes de recuperar não só uma cidade, mas grandes regiões em seu entorno. “Um bom exemplo é Baltimore, que tinha sua área central como uma das



Vista aérea da Marina da Glória, exemplo de organização da paisagem se comparada ao caos da Enseada de Botafogo.

mais degradadas dos Estados Unidos e foi transformada com extrema requalificação urbana graças à construção da marina”, explicou Otacílio.

A crescente demanda por lazer tem levado à procura do mar e do suporte das marinas. O Brasil, com uma costa de mais de 8 mil quilômetros, não tem marinas. “A legislação federal norte-americana induz que toda beira-mar toda beira-mar seja cada vez mais de acesso público e por isso a popularização desses portos de lazer. No Brasil não há esse cuidado”, explica Otacílio, apontando a questão cultural e legal que freia o desenvolvimento desses projetos no país. “No Brasil, há uma visão equivocada que tem impresso nesses empreendimentos públicos à beira-mar uma fama de que marinas são coisa de rico. Não é o caso: um barco hoje custa o mesmo que um carro e ainda pode ter uso compartilhado, com vários proprietários”, destaca.

A ideia pensada para o Rio de Janeiro, segundo o palestrante, seria salvar a cidade do “infarto agudo” que representa a ligação entre a Barra da Tijuca e a Zona Sul. “A cidade vai ter que se ajustar ou vai entrar em colapso”, alertou. O projeto de Otacílio é que na altura do clube Costa Brava seja construída uma marina pública. “A proposta é fazer um novo túnel e um viaduto paralelo naquela área duplicando a avenida Niemeyer em uma plataforma mais baixa e criar ali mais de dois mil metros de frente para o mar de espaço público com todos os elementos necessários ao uso sem que os automóveis cheguem à beira-mar, incluindo o mercado aberto, com música e varandas e um calçadão que corresponde a uma distância do Leblon a Ipanema. A cidade ganharia com isso, mas falta uma visão apropriada por parte dos homens públicos”, declarou. ■

A solução pelo diálogo

A maioria das pessoas tem visões distintas umas das outras. Nasce assim o conflito. A mediação, através de profissionais devidamente qualificados, busca a harmonização dos interesses: é um processo que propõe gerar diálogo reflexivo no sentido de levar os envolvidos a um contexto construtivo com inovação, tolerância e confiança. Luiz Ricardo Santos Carvalho abordou o tema em palestra no dia 06 de março, a convite das divisões técnicas de Transporte e Logística (DTRL), Urbanismo e Planejamento Regional (DUR) e Recursos Naturais Renováveis (DRNR).

A mediação de conflitos foi apresentada em diversos contextos, como o empresarial – no estabelecimento de regras de governança corporativa; transações comerciais, financeiras, imobiliárias e de seguros; questões societárias; no descumprimento de cláusulas contratuais, entre outras situações –, familiares, comunitários e legal, com presença em diversas leis trabalhistas e, claro, na própria lei da arbitragem (Lei 9.307/96).

No campo prático, Carvalho falou de um embate que tomou conta das capas dos jornais na cidade no último mês: o aumento da tarifa das barcas. “Há muitos interesses envolvidos, mas a mediação poderia ser um método para solucionar a questão. De qualquer forma, se não for possível uma solução final por meio da mediação, uma solução parcial é possível e ao longo da construção dessa solução, a comunicação entre todos os atores envolvidos irá melhorar”, explicou. ■

MOVIMENTO SOCIAL

Cúpula dos povos aterrissa no Brasil e repercute no mundo

Organizada pela sociedade civil global, a Cúpula dos Povos propõe um debate que vá além da economia verde, o foco da Rio+20, e que institua caminhos possíveis para um mundo sustentável

A cidade do Rio de Janeiro se prepara para, mais uma vez, ser a protagonista de um encontro mundial que se pretende decisivo para mudanças concretas no debate sobre a vida no planeta. A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, reunirá dos dias 17 a 22 de junho de 2012 lideranças mundiais com o objetivo de renovar compromissos políticos com o desenvolvimento sustentável, avaliando processos e identificando obstáculos que por algum motivo tenham impedido a implementação plena dos acordos anteriores.

O evento marca as duas décadas da Rio 92 – ou Eco 92 –, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em junho de 1992. O objetivo da conferência era conciliar desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Houve avanços, mas as derrotas foram evidentes. A Rio+20 trará uma nova tentativa.

No cenário internacional muitos acreditam que a mudança proposta pela ONU é insuficiente para lidar com a crise sistêmica que o planeta vem enfrentando. Representantes de redes organizadas da sociedade civil do mundo inteiro acreditam que pensar os modelos de produção capitalistas de forma ampla, com base em acúmulos históricos, promovendo a convergência de lutas é uma forma de buscar soluções eficientes para os problemas do mundo.



A Cúpula dos Povos acontecerá paralelamente à Rio+20, do dia 15 a 23 de junho, no Aterro do Flamengo, reunindo organizações e movimentos sociais de todo o mundo. De acordo com Marcelo Durão, representante da Via Campesina no Comitê Facilitador da Cúpula, o evento propõe uma “reflexão denúncia dos problemas e causas estruturais e das falsas soluções colocadas para resolver os problemas ambientais e climáticos e a rearticulação do movimento global com uma agenda comum de luta”.

A SOCIEDADE SE ORGANIZA

Enquanto a Rio+20 tem como organizadora a ONU, a organização da Cúpula dos Povos tem suas bases nos movimentos da sociedade civil. O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (CFSC), responsável pela orga-

nização da Cúpula, foi criado em janeiro de 2011 durante o Fórum Social Mundial Dakar, no Senegal, e é formado por 33 coletivos e redes de diversas áreas – desenvolvimento, trabalho, meio-ambiente, direitos humanos, sustentabilidade etc –, com o objetivo de facilitar a participação da sociedade nos debates que ocorrerão durante o evento da ONU no Riocentro.

O Comitê Facilitador trabalha na metodologia de um debate que deverá ser amplo o suficiente para abarcar pontos de vista dos movimentos sociais do mundo todo, organizado em três grandes eixos: reflexão crítica que exponha os problemas e falsas soluções; apresentação de soluções concretas que já existem em todo o mundo, mas que não são socializadas e a criação de uma plataforma única.

CRÍTICAS E PROPOSTAS

Segundo Graciela Rodriguez, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras no Comitê Facilitador, a economia verde, um dos principais eixos da Rio+20 é algo cruel. “É uma feira de negócios que pretende ser a recuperação de um sistema em crise profundíssima desde 2008. A política de emissões de carbono da ONU é uma tragédia: não reduz a poluição e, ao comprar os créditos de quem não polui, as grandes corporações se apropriam de florestas inteiras, expulsando os povos tradicionais dessas áreas”.

“Por mais que o evento seja no Rio, as redes estão mobilizadas e construindo lutas a partir de seus territórios. E é o que esses povos em todo o mundo estão fazendo que traremos para o debate. Essas propostas que antes eram vistas como ‘alternativas’, hoje têm ciência. A questão é que não temos visibilidade. Falta o aporte econômico para socializar essas experiências”, explica Durão.



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880

Edifício Edison Passos - Av. Rio Branco, 124

CEP 20148-900 - Rio de Janeiro

Tel.: (21)2178-9200 Fax: (21)2178-9237

atendimento@clubedeengenharia.org.br

www.clubedeengenharia.org.br

